

DAIANE ROBERTO JUSTINO

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA DETERMINAÇÃO DA RENDA

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho Final de Curso como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Angela Welters

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

DAIANE ROBERTO JUSTINO

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA DETERMINAÇÃO DA RENDA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

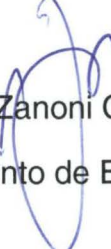
Orientadora:


Prof.ª Angela Welters

Departamento de Economia, UFPR


Prof.ª Dayani Aquino

Departamento de Economia, UFPR


Prof.º Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 11 de Dezembro de 2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido o privilégio de viver, por suas bênçãos, e por seu infinito amor e graça.

Aos meus pais, por todo apoio e investimento que realizaram para que hoje eu pudesse ser o que sou. Por entenderem e me suportarem em momentos de dificuldades.

A professora Angela Welters, pela confiança e incentivo para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas de graduação por todos os momentos de alegrias e também decepções vividos durante o curso. Com certeza vocês fizeram a diferença em minha vida.

A todos os professores do curso de Ciências Econômicas.

Aos demais amigos e parentes.

RESUMO

A educação é um fator de grande importância no desenvolvimento de um país, através desta é possível melhorar a qualidade de vida, as relações interpessoais, bem como a economia. Partindo desse fato há uma grande dificuldade em mensurar o quanto a educação influencia na renda das pessoas. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise baseado na teoria do capital humano para verificar se a educação influencia no nível de renda. Para isso foi analisado vários artigos referentes ao tema, de autores a favor e contra a teoria. Foi possível verificar que existem dois grupos com opiniões bem distintas com relação a esta teoria. De um lado os neoclássicos acreditam que a educação é uma forma de desenvolver a economia, e de outro os marxistas que afirmam que a educação tem sido usada como um instrumento para a continuidade do capitalismo, na medida em que, a educação é uma forma de qualificação da mão de obra para o capital. Pode-se concluir que a teoria do capital humano é relevante na explicação do aumento de renda, mas não é determinante, sendo necessário incorporar em seu embasamento teórico outros fatores alheios a educação.

Palavras-chave: Educação. Capital Humano. Renda.

ABSTRACT

Education is a major factor in the development of a country, through this we can improve the quality of life, interpersonal relationships, as well as the economy. From this fact there is great difficulty in measuring how much education influence on people's income. The aim of this study was to analysis based on human capital theory to verify the influence of education on income level. For this we analyzed several articles on the topic of authors for and against the theory. We found that there are two groups with very different opinions regarding this theory. On one side neoclassical believe that education is a way to develop the economy, and other Marxists who claim that education has been used as an instrument for the continuation of capitalism, to the extent that education is a form of qualification of labor for capital. It can be concluded that the theory of human capital is relevant in explaining the increase in income, but is not determinative, it is necessary to incorporate into their theoretical foundation other factors unrelated to education.

Keywords : Education. Human Capital. Income.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	TEORIA DO CAPITAL HUMANO	3
3	ANÁLISES RELEVANTES SOBRE A TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	8
3.1	VERTENTES A FAVOR DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO	9
3.2	VERTENTES CONTRA A TEORIA DO CAPITAL HUMANO	16
3.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DO CAPITAL HUMANO	28
4	CONCLUSÃO	32
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos meios de desenvolvimento mais amplos que podemos ter, pois com esta é possível melhorarmos nossas habilidades e capacidades, nossos relacionamentos, bem como auxilia no desenvolvimento econômico de um país. Com a educação é possível ter benefícios imediatos, mas também de longo prazo. Devido a esta ampla abordagem pode-se desenvolver a teoria do capital humano como uma forma de verificar o quanto a escolarização influencia na renda, sendo o objetivo deste trabalho é verificar a coerência e aderência desta teoria a atual realidade, sendo esta análise feita através da relação entre educação e renda, e se é verdadeira a crença de que com mais anos de estudo maiores são a renda das pessoas.

Esta análise contribui para uma melhor mensuração dos efeitos trazidos pela educação, sendo possível através desta realizar políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento das pessoas e também do país. Trazendo resultados como uma melhora na qualidade da mão de obra, o desenvolvimento de novas tecnologias, maiores investimentos em desenvolvimento e pesquisa. Porém, sabemos que a educação é também um meio de qualificar a mão de obra para a continuidade do capitalismo, e tem sido usado como um instrumento para a simples colocação das pessoas no mercado de trabalho, não buscando qualificar as pessoas para um desenvolvimento pessoal.

Muitos autores acreditam que a educação é um fator que pode explicar o aumento da renda das pessoas desta forma melhorando seu desenvolvimento econômico, social, entre outros. Contudo, há estudos que mostram a necessidade incorporar em suas análises fatores como a classe em que está inserida, a qualidade do ensino oferecido, questões sociais, entre outros para poder dizer que a educação influencia na renda.

Para realizar este trabalho foram analisados diversos artigos sobre a teoria do capital humano, verificando suas principais ideias e suas opiniões a respeito do

tema. Podem-se analisar o comportamento desta teoria na atualidade, verificando em vários aspectos os resultados alcançados.

Este trabalho está organizado em dois capítulos, do qual no primeiro mostra os conceitos sobre a teoria do capital humano formulada por Schultz. No segundo capítulo serão apresentados opiniões de vários autores com relação à teoria do capital humano, apresentam argumentos a favor e contra a teoria e dois casos da teoria aplicada para a Coréia do Sul e para o Rio Grande do Sul. Também nesta sessão, serão mostrados os principais pontos a favor da teoria bem como os pontos contra e o entendimento sobre este tema, e por fim a conclusão.

2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A teoria do capital humano foi desenvolvida por Theodore W. Schultz, em 1960 e mostra que há uma estreita relação entre o capital humano e o desenvolvimento econômico, por exemplo, quanto mais anos de estudos um indivíduo tiver maior será seu nível de renda. Ou seja, o investimento em capital humano trará maiores retornos para o indivíduo e a sociedade.

Schultz começou a ter interesse por este assunto quando estudava na Universidade de Chicago no final da década de 1940 buscando verificar uma explicação mais completa, e para verificar o papel das habilidades adquiridas pelos indivíduos como uma fonte importante dos ganhos de produtividade não explicados. Schultz procurava incorporar em seus modelos econômicos a variável capital humano que por outros autores como Marshall, não é explicada. Tem por base a educação formal e a pesquisa organizada como fator de desenvolvimento do capital humano. A tese de Schultz está baseada no fato do pensamento econômico negligenciar duas classes de investimento de capital que são muito importantes: o investimento no homem e na pesquisa seja no setor privado ou no setor público, e busca esclarecer a natureza e os objetivos dessas atividades. (SCHULTZ, 1973, p. 7)

Para Schultz (1973) muitas coisas que são denominadas como consumo e na verdade são investimentos em capital humano, como gastos diretos com a educação. Para formular sua teoria Schultz (1973) buscou referencial teórico em alguns autores que incorporavam em seus estudos a variável capital humano, como por exemplo, Adam Smith que incluiu todas as habilidades adquiridas de todos os indivíduos de certo país como parte do capital. Outro autor do qual Schultz (1973) baseou sua teoria foi H. Von Thünen (1875) que foi além dos conceitos apresentados por Adam Smith, buscando entender o conceito de capital humano aplicado aos indivíduos:

[...] H. Von Thünen que, então, avançou para argumentar que o conceito de capital aplicado ao homem não o degradava nem punha em perigo a sua liberdade ou a sua dignidade, mas, ao contrário, o fato do fracasso em aplicar-se ao homem este conceito era especialmente pernicioso nas guerras: “[...] porquanto aqui [...] sacrificar-se-á numa batalha uma centena de seres humanos na flor da sua juventude sem qualquer pensamento, a fim de economizar-se a perda de um canhão. A razão é que [...] a aquisição de um canhão provoca despesa dos fundos públicos, enquanto que os seres humanos podem ser tomados como zero, pois custam apenas um decreto de convocação.” (H. Von Thünen, 1875, apud SCHULTZ, 1973, p.34).

Irving Fischer (1906) acreditava que o capital pode gerar rendimentos quando produz fluxos de rendimentos e serviços, sendo possível o homem também ser um capital, porém, de natureza diferente, portanto, não sendo adequado aplicar o conceito de capital aos seres humanos. Schultz (1973) era muito crítico das ideias de Alfred Marshall (1930) que sustentava que embora matematicamente os seres humanos sejam visto como capital, trata-los como tal era inviável para a validação das análises práticas, pois o capital humano não tinha nenhum significado prático, não estando vinculado com o mercado.

Para a teoria do capital humano há uma dificuldade para distinguir o que é gastos para o consumo corrente e os gastos que são efetivamente para a formação de capital. Os gastos podem ser classificados de três maneiras: para o consumo corrente, para um componente durável do consumidor e para um componente durável do produtor. Em todas as etapas os componentes duráveis são os investimentos, em que, em uma delas transforma-se em capital humano que faz serviços ao consumidor e a outra maneira de capital humano é a que incrementa a capacitação de produtor relativa a pessoa. (SCHULTZ, 1973, p 42)

A educação é uma variável mais concreta de análise, em que esta cria uma forma de capital de consumidor que tem a função de melhorar o gosto e a qualidade do consumo dos estudantes pelo restante de suas vidas, tornando-se um indicador de que a educação interfere a produtividade do homem. (SCHULTZ, 1973, p. 46)

Schultz (1973, p. 53) define o capital humano da seguinte forma:

A característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que pode ser vendido. Pode sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se de si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo. Desses atributos básicos do capital humano, surgem muitas diferenças sutis entre o capital humano e não humano, que explicam o comportamento vinculado a formação e a utilização dessas duas classes de capital. (SCHULTZ, 1973, p. 53).

Através de estimativas realizadas tomando por base os anos 1929 e 1957 verificou-se que 1/5 do crescimento econômico dos Estados Unidos estava relacionado com a educação. Para comprovar este fato foi realizada uma comparação entre os investimentos em educação e os investimentos em capital durável entre outros, concluindo que o investimento no homem melhorou a qualidade do trabalho sendo que as melhorias em qualidade constituem uma fonte de maior capital para o crescimento econômico. (SCHULTZ, 1973, p. 72)

Nem todo o investimento em capital humano destina-se para investimentos futuros, alguma parte irá para o futuro bem-estar que não são capturados no fluxo de rendimentos do homem em que se fez o investimento, seus benefícios são difíceis de serem identificados e medidos. Dentro destas contribuições futuras é necessário distinguir os investimentos que acrescentam ao indivíduo ou à sua família e as que são captadas por outros indivíduos ou famílias. Ao que está relacionado com o indivíduo ou à família é composta por duas partes: um componente de rendimentos futuros e um componente de futuro consumo, tomando por base a educação, esta tem para o indivíduo uma durabilidade muito maior que produtos físicos duráveis que são consumidos, o consumo tem uma durabilidade maior até que os duráveis físicos do consumidor. (SCHULTZ, 1973, p. 77)

Para Weisbrod (1961), a educação traz o benefício para o indivíduo que é o valor da 'opção', pois para os estudantes é uma oportunidade de descobrirem seus talentos que trarão posteriormente as vantagens que a acompanham.

Ao relacionar os custos de formação de capital pela educação Schultz (1973) diz que a educação é uma atividade de consumo que oferece satisfação as pessoas no momento em que ela adquire um tipo de educação, que é uma atividade de investimento realizado para a aquisição de capacitações que trazem satisfações futuras ou incrementam rendimentos futuros dos indivíduos. Sendo assim a educação pode ser tratada como uma forma de investimento e suas consequências como uma forma de capital. Em que um grande problema para esse tipo de análise é verificar o que se entende por capital. Então a educação torna-se parte da pessoa que a recebe, sendo denominada por Schultz (1973) como "capital humano", que não pode ser vendida, comprada ou tratada como uma propriedade é na verdade uma forma de capital que presta serviços de um determinado valor. Na análise de Schultz (1973), a educação além de realizar seus objetivos culturais, algumas áreas da educação podem acrescentar nas capacitações de um povo, como na área do trabalho, na administração de seus negócios e que esse acréscimo pode aumentar a renda nacional. (SCHULTZ, 1973, p. 79)

No capítulo 8 de seu livro, Schultz (1973) trata a respeito das alterações no acervo de capital da educação comenta ainda que:

A educação é mais durável do que a maioria das formas de capital não humano reproduzível. Uma educação de nível secundário pode servir à pessoa por todo o resto de sua vida e, dentro deste período, 40 anos ou mais são possivelmente utilizados em trabalho produtivo. A maioria do capital não humano tem uma vida produtiva mais curta do que este período assinalado para o capital humano. A educação pode ser ampliada porque é durável e o fato de que acarreta uma vida relativamente longa significa que um dado investimento bruto acrescenta mais ao estoque do que o mesmo investimento bruto tipicamente acrescenta ao estoque de um capital não humano. (SCHULTZ, 1973, p.120).

A formação de capital pela educação é sem duvida relevante para planejar-se com o foco no planejamento econômico, quando o objetivo for de conseguir uma destinação eficaz dos recursos de investimentos de acordo com as prioridades eleitas pelas taxas relativas de rendimentos em contrapartida das oportunidades alternativas de investimento. (SCHULTZ, 1973, p. 130)

Analisando as estimativas da função de rendimentos a educação deve ser uma das variáveis relevantes para estimar a função de produção das firmas, se esta variável for significativa, seu coeficiente positivo e de comportamento satisfatório, pode haver uma segurança adicional de que a educação seria uma fonte real de parte da produção. (SCHULTZ, 1973, p. 138)

Observando a educação como um investimento que venha para melhorar a qualidade do agente humano é um importante passo, que irá levar a especificação e à mensuração da qualidade tanto do capital humano quanto do capital não humano. (SCHULTZ, 1973, p. 138)

Como Schultz (1960) que descreveu o capital humano como um tipo de capital, sendo o primeiro autor a considerar a educação como um investimento, e considera que uma parte do aumento da renda está relacionada com o aumento do capital humano. Para Schultz (1960) as diferenças salariais entre raças, sexo, idades está relacionada com a diferença nos anos de educação entre as pessoas. Já Becker (1962) buscou avaliar o investimento ótimo em educação, mostrando que as habilidades de um indivíduo e a educação são complementares, ou seja, um aumento na qualidade dos estudantes gera um aumento na taxa de retorno da educação.

Para Becker (1962) a decisão de estudar é uma escolha econômica, sendo possível observar esses fatos na sociedade em geral de forma que para o autor os indivíduos mais habilidosos investem mais em educação para terem maiores rendimentos.

Com base nos estudos de Schultz (1973) e de outros autores, verifica-se que a educação sem dúvida alguma é muito importante para o desenvolvimento econômico dos indivíduos. Acredito que através da educação oportunidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas são ampliadas, também é possível os

indivíduos conhecerem e desenvolverem novas habilidades, alcançarem melhores posições em seus trabalhos, aumentarem sua renda, enfim, é possível realmente mudar de vida. Com a teoria do capital humano pode-se encontrar uma base para o desenvolvimento da educação, provando através de diversos estudos empíricos que realmente esta é relevante, contudo, até que ponto a educação pode trazer essa mudança. É questionado por muito autores a efetividade da teoria do capital humano, pois as pessoas estão rodeadas de outros fatores que podem levar a um desenvolvimento econômico que não seja via educação, como por exemplo, o indivíduo nasce rico, ou tem uma habilidade nata, não sendo necessariamente uma escola ou uma universidade que fará que ocorra um aumento em sua renda.

Com o objetivo de verificar se mais anos de estudos realmente aumentam a renda das pessoas, serão analisados no próximo capítulo alguns artigos que tem por referência a teoria de Schultz (1973), apresentando opiniões favoráveis e críticas à teoria. O qual ao final deste trabalho será concluído se através da teoria do capital humano é possível explicar o aumento da renda e o desenvolvimento econômico.

3 ANÁLISES RELEVANTES SOBRE A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Este capítulo tem por objetivo mostrar a visão de diversos autores com relação à teoria do capital humano, verificando a influência da educação na renda das pessoas. Busca-se comprovar o fato de quanto mais anos as pessoas estudam maior será sua renda

Observando pela ótica da Teoria do Capital Humano podemos analisar como a educação tem se desenvolvido em nossa sociedade, onde há muitos aspectos favoráveis à teoria e outros contra. Neste capítulo serão apresentados algumas análises da Teoria do Capital Humano a partir da literatura existente sobre o tema. Para iniciar esta sessão serão apresentados trabalhos de alguns autores que acreditam ou que encontram evidências empíricas para validar que a teoria do

capital humano é um instrumento importante na explicação do desenvolvimento econômico, após este serão apresentados outros que não relacionam o crescimento da economia com a educação, e por fim dois estudos de casos específicos: Coréia do Sul e Rio Grande do Sul.

3.1 VERTENTES A FAVOR DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Souza (1999, p. 47) mostra a importância do Capital Humano, iniciando sua análise mostrando que a escolaridade da população tem em muitos casos influência sobre o nível potencial de capital humano, que influencia também no resultado final do produto agregado. Souza (1999, p. 48) explica que com o passar dos anos é possível perceber uma reestruturação da educação devido ao seu reconhecimento como um meio para ocorrer mudanças tecnológicas, sendo necessário nos dias de hoje que ocorra a adaptação do ensino a essa nova demanda por parte dos trabalhadores, empresários, governantes e educadores. O Capital Humano tem grande importância no sentido em que possibilita o desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades do trabalhador proporcionando novas experiências e possíveis oportunidades de trabalho. A partir desta base teórica Souza (1999, p. 48) procura mensurar ou desenvolver um modelo que seja possível verificar a relação entre o sistema educacional e o crescimento econômico, para isso Souza (1999, p. 49) utilizou dois modelos econométricos para fazer esta medição. O primeiro modelo trata-se do modelo de crescimento neoclássico desenvolvido por SOLOW (1956), sendo usado como referência os trabalhos de Lau et alii. (1993), e também outros autores com trabalhos referentes ao tema. A partir do PIB dos estados brasileiros e das análises feitas, a principal conclusão que o autor chega é que a afirmativa de que o capital humano é um fator que pode explicar o crescimento do PIB na economia brasileira é verdadeira e que são aceitas as hipóteses de convergência das rendas entre as regiões do Brasil. O segundo modelo tem por base o mesmo método, porém, foi adicionado a variável relacionada com o progresso técnico, ou seja, além de verificar a relação entre o PIB, capital humano e a população economicamente ativa pode-se verificar o efeito do progresso técnico para um modelo de crescimento endógeno, e novamente foi encontrado o resultado de que o capital humano é um fator que influencia no crescimento do PIB do Brasil,

e que há convergência das rendas dos estados brasileiros. Para Souza (1999, p. 50) dos modelos analisados o que melhor se encaixa para a economia brasileira é o segundo modelo em que há a inclusão do progresso técnico.

De acordo com a análise de Souza (1999, p. 55) as habilidades técnicas de um trabalhador vão além da qualificação, envolvem uma contínua e atualizada educação que permite desenvolver novos métodos e melhorias para resolver problemas do cotidiano em que está inserido. Souza (1999, p. 55) conclui que para o caso brasileiro há uma relação de longo prazo entre a educação e a qualificação do trabalhador medido através dos anos de escolaridade, sendo compatível com resultados já encontrados em outros trabalhos com as mesmas vertentes teóricas.

Holanda e Pessôa (2009) buscam entender se a relação entre o nível de renda de uma pessoa está diretamente relacionada com seu nível de educação ou se há outra variável que possa interferir nesta relação. Baseados nos artigos de Schultz, Becker e Mincer que formularam a teoria do capital humano, a educação pode ser vista como uma decisão de investimento, acreditando que um ganho na renda do indivíduo, através da maior escolaridade, está associado a uma maior produtividade do trabalhador. Holanda e Pessôa (2009) analisaram o caso brasileiro e puderam concluir que os ganhos de salários que estão relacionados com a educação são em torno de 14% incorporando no cálculo os custos da educação. Se considerarem somente os prêmios de salários o retorno gerados pela educação chegam a 30%.

Para Holanda e Pessôa (2009) a educação é uma variável difícil de ser medida, pois pode estar associada a diversos fatores. Um pré suposto que é aceito na teoria do capital humano é que a variável educação leva ao crescimento econômico, o que na verdade pode ser ao contrário, pois com uma maior renda as pessoas podem investir mais em capital humano, também há dificuldades em definir a variável educação, pois geralmente está associado com outras variáveis como investimento em capital físico, crescimento populacional, entre outros, onde estas variáveis estão em constante mudança, e o principal fator que limita a análise da variável educação é obter uma base de dados confiáveis.

Segundo Holanda e Pessôa (2009) a teoria do capital humano tem se preocupado também em avaliar a qualidade da educação oferecida, pois para nível

de comparação, há grandes diferenças de qualidades de ensino entre os países. Hanushek e Kimko (2000) investigaram essa relação por meio do indicador de qualidade e desempenho dos alunos em testes internacionais, e foi constatado que a qualidade é significativa para explicar o crescimento de um país, porém, adicionando-se a variável quantidade é observado que a variável qualidade perde poder explicativo. Para o Brasil os resultados obtidos mostram que o país avançou na questão ligada ao acesso a educação aumentando a quantidade de anos médios, porém, não avançou muito com relação à qualidade.

Holanda e Pessôa (2009) a partir de resultados obtidos questionam se deveriam haver políticas econômicas que ofereçam subsídios à educação para a população, pois seriam as pessoas na sua individualidade as beneficiadas pela educação, sendo assim, estas deveriam arcar com os gastos referentes à mesma, contudo há argumentos que defendem o subsidio publico para a educação, no sentido que ela teria efeitos sobre a produtividade, mas também em outras áreas da sociedade com no consumo, poupança, na taxa de fertilidade entre outros.

Para Lochner e Moretti (2001) a educação tem efeitos sobre a taxa de criminalidade, evidenciando o fato de que a educação pode reduzir a criminalidade, pois aumenta o custo de oportunidade do criminoso elevando seu salário, também pode interferir nas preferências dos indivíduos inibindo a entrada no crime.

No modelo de Glaeser *et alii* (2006) desenvolvido com o propósito de entender se a educação ensina as pessoas a se relacionarem, e se esse relacionamento leva as pessoas a terem uma maior participação civil, como por exemplo em eleições. Aplicando esse modelo em países com baixa educação buscam entender o porquê é tão difícil encontrar democracias estáveis. A principal conclusão foi que a educação eleva o apoio à democracia. Almeida (2007) a partir de pesquisas com a população brasileira verificou que os resultados encontrados por Glaeser *et alii* (2006) também se aplicam ao Brasil, onde é possível com a educação aumentar a participação das pessoas na sociedade, elevar o nível de interesse da população em questões que norteiam a democracia, redução do preconceito racial, menor tolerância à corrupção, maior espírito publico, entre outros.

No caso do Brasil, Holanda e Pessôa (2009) expõe que através de estudos realizados sobre a desigualdade de renda no Brasil desde os anos 60 até os anos

90 mostrou que a desigualdade elevou-se, principalmente na década de 60 e 80 com uma estabilização na década de 70. Nos anos 60 boa parte da piora que houve na desigualdade de renda estava ligada a educação, que mesmo havendo uma piora na distribuição educacional houve o aumento do prêmio de pago pelo mercado de trabalho, contudo, nos anos 80 o aumento dessa desigualdade não estava relacionado à educação. Concluindo que o aumento da desigualdade de renda que ocorreu dos anos 60 até os anos 90, a educação se analisada individualmente, é um fator que pode explicar o aumento dessa desigualdade. Com isso, é possível verificar que a baixa escolaridade das pessoas está relacionada com a baixa produtividade da força de trabalho e na desigualdade de renda. Também é possível verificar que outros fatores como decisões do governo no pós-guerra de não universalizar a educação fundamental, a baixa escolaridade da população irão produzir impactos significativos na sociedade. Portanto, Holanda e Pessôa (2009) concluem que, as diferenças na educação são capazes de explicar em grande parte as diferentes rendas per capita de outros países comparados com o Brasil.

Em outro artigo Barbosa e Pessôa (2010) escreveram sobre as evidências empíricas e teóricas da relação entre educação e crescimento, tendo por base da sua análise autores como Schultz (1960) e Becker (1962)¹.

Barbosa e Pessôa (2010) também buscam entender a causa das desigualdades das rendas chegando a considerar que as diferenças estavam relacionadas com as habilidades de cada indivíduo, contudo, considerou que se os indivíduos fossem iguais com relação a suas habilidades, e se as diferenças de salários estão ligadas com a maior escolaridade, a distribuição dos salários seria assimétrica, pois pessoas com mais anos de educação teriam maior renda do que os as pessoas que tiveram menos educação. (Card (1995), Conneely e Roope (1997))

Para Barbosa e Pessôa (2010) o fato de um ano a mais de educação estar relacionado com o aumento da renda não quer dizer que seja base para a teoria do capital humano, pois não está sendo considerado que o indivíduo possui características inatas e que isso pode ser o fator de incremento na sua renda. Com

¹ Becker, G. (1962). **Investment in human capital: A theoretical analysis**. *Journal of Political Economy Part 2: Investment in Human Beings*, 70(5):9–49.

isso, o indivíduo pode ter uma maior escolaridade, mas não quer dizer que isso tenha o levado a ter uma renda maior, é possível que tenha acontecido pelas suas habilidades. Há outra teoria, a da sinalização, a qual mostra que as diferenças salariais podem ter influência de taxas de retorno por um ano a mais de estudo, ou seja, quando se fecha um ciclo há um ganho extra, maior do que somente mais de um ano de estudo segundo a teoria da sinalização isso está relacionado ao fato de que haverá um ganho maior por ter um diploma em mãos.

Através da educação é possível aproximar as pessoas, diminuir a taxa de criminalidade, reduzir a taxa de fecundidade, melhorar a qualidade de vida, conscientizar as pessoas com relação ao vício e também a política. Para Gradstein e Justman (2002) a educação reduz a distância social entre as pessoas em uma economia, reduzindo custos de transação, permitindo que haja interação entre duas culturas. Já para Grossman (2006) os benefícios da educação não estão somente relacionados com o trabalho, mas também com outros fatores que são importantes para o desenvolvimento dos indivíduos na sociedade como a saúde, consumo, poupança, fertilidade, desenvolvimento cognitivo, entre outros. O capital humano pode ser utilizado como o facilitador de novas tecnologias, em que segundo Nelson e Phelps (1966) os indivíduos com maior escolaridade tem maior capacidade de adotar novas tecnologias.

A partir dos diversos autores citados no artigo Barbosa e Pessôa (2010) concluem que a educação realmente melhora a qualidade da força de trabalho de um indivíduo. Porém, que essa educação não é somente algo que deva ser provido pelo governo, mas sim que cada indivíduo deve buscar o conhecimento de modo a obter o domínio de novas técnicas.

Silva e Hasenbalg (2000) mostram que o Brasil apresenta características que não favorecem a educação, haja vista que o nível de educação médio da população é muito baixo, não havendo também uma distribuição igualitária da educação. Demonstram ainda, uma alta relação entre a educação dos pais e avós com a educação dos filhos sugerindo a desigualdade de oportunidades. Apesar destes aspectos negativos a educação no Brasil tem melhorado reduzindo a taxa de analfabetismo. Contudo a qualidade da educação brasileira ainda deixa a desejar.

Silva e Hasenbalg (2000) ao analisar o desenvolvimento econômico nas ultimas décadas afirmam que é preciso levar em consideração três fatores. O primeiro é o capital econômico que consiste em medir os recursos físicos, condições de moradias, fatores que venham a influenciar no aprendizado da criança, considerando que quanto maior for o capital econômico da família maior será a demanda por educação dos filhos. O segundo fator está ligado ao capital cultural, verificando a distribuição da educação entre os membros das famílias, destacando o papel da educação dos pais como um fator que também pode aumentar a educação dos seus filhos no futuro. O terceiro e ultimo ponto é o capital social familiar que consiste na relação entre as crianças e os pais, considera em sua análise a composição das famílias, considerando o número de filhos, se são famílias monoparentais, entre outros. Inserindo nesta análise a mudança que ocorreu com o passar dos anos com relação ao papel da mulher na família, a educação da mãe tem grande influência sobre a educação do filho, e também reflete na mudança da posição da mulher na sociedade. Com isso, mulheres com mais estudo favorecem há redução no número de filhos, tendo as crianças maiores oportunidades para estudar. Também estas mudanças estão relacionadas com a participação da mulher no mercado de trabalho, e casas sendo chefiadas por mulheres, podendo ter impactos negativos sobre a educação dos filhos, visto que famílias chefiadas por mulheres dispõem de uma renda inferior às demais, dificultando o acesso dos filhos à educação, principalmente por terem de ajudar no sustento do lar desde cedo, o que prejudica sua vida escolar. Silva e Hasenbalg (2000) verificam que a questão racial também interfere na escolarização das pessoas, pois ainda não há igual acesso ao ensino, principalmente nos níveis superiores, entre pessoas brancas e não brancas. Para Silva e Hasenbalg (2000) essas diferenças só serão eliminadas quando houver iguais oportunidades nos níveis de educação mais altos. As desigualdades educacionais também estão presentes entre os homens e mulheres, sendo que nos últimos anos as mulheres ultrapassaram os homens como mais anos de estudo, fato possibilitado pelas mulheres terem maior acesso a universidades, que está ligado também à inserção mais tardia das mulheres no mercado de trabalho, possibilitando maior dedicação aos estudos e, os jovens do sexo masculino abandonarem a escola, pois trabalham desde cedo não conseguindo conciliar as duas atividades. Entre as regiões do Brasil não é diferente a desigualdade na educação, é visível se comparado à região Sudeste com o Nordeste. Já na

desigualdade educacional entre os níveis de renda verifica-se que há uma convergência educacional diminuindo a diferença entre os anos, sem que houvesse redução na desigualdade de renda.

Com a análise desses dados Silva e Hasenbalg (2000) concluem que com exceção da distribuição regional e da elevação do número de famílias chefiadas por mulheres, todos os outros fatores analisados mostram uma tendência positiva a educação proporcionando condições favoráveis à escolarização das crianças.

Nakabashi e Figueredo (2005) expõem como através da teoria do capital humano é possível que haja o desenvolvimento da tecnologia, pois segundo os autores o crescimento econômico está ligado a avanços tecnológicos. Sendo o capital humano um fator importante na criação de novas ideias contribuindo para que haja melhorias na tecnologia, com isso a quantidade de capital humano absorvida por cada indivíduo é variável, pois se está em um ambiente de constantes mudanças tecnológicas e de frequente adaptação do ambiente de trabalho, serão demandadas maiores quantidades de capital humano. Com isso Nakabashi e Figueredo (2005) concluem que a taxa de investimento em capital físico, que é uma forma de aumentar o nível de tecnologia, interfere na taxa de crescimento da renda do trabalhador, e através do capital humano é possível diminuir essa distância entre o avanço tecnológico e a educação, na medida em que, as pessoas devem ter um mínimo de educação para que as tecnologias possam ter um efeito positivo na determinada sociedade.

A teoria do capital humano através da variável educação tem influenciado benéficamente a sociedade, tendo em vista, que seus resultados interferem no crescimento do PIB, e em outras áreas da sociedade. A educação é reconhecida por autoridades como um instrumento para o progresso da nação e das pessoas, possibilitando novas oportunidades para os trabalhadores desenvolverem suas habilidades. Também é possível verificar que a educação afeta a produtividade e a renda dos indivíduos, contudo o retorno esperados com relação a renda tem a interferência de fatores sociais como a família, a etnia, o sexo, a qualidade do ensino, entre outros.

3.2 VERTENTES CONTRA A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Tendo por base os artigos que são favoráveis a teoria do capital humano serão apresentados abaixo alguns autores e suas considerações de não concordarem com a teoria do capital humano.

No artigo escrito por Silva e Puziol (2011) são apresentadas algumas influências da Teoria do Capital Humano e da Teoria do Capital Social nas políticas educacionais brasileiras da atualidade. Silva e Puziol (2011) acreditam que as políticas educacionais estão norteadas pelo neoliberalismo, no sentido que visam o ensino como um meio de desenvolver o indivíduo para o mercado de trabalho atendendo as necessidades do capitalismo, ou seja, busca-se desenvolver o profissional com o objetivo de alcançar um crescimento sustentável da economia como um todo, e a integração da sociedade, sendo estas atividades uma obrigação do Estado, o qual tem atribuído em larga escala ao setor privado suas funções, diminuindo sua atuação em diversas esferas. O neoliberalismo considera o Estado improdutivo, individualista e competitivo, soma-se a isto o processo de mundialização do capital² que aumenta ainda mais as desigualdades não só entre os países, mas também dentro do país.

Para Silva e Puziol (2011) após o fim do regime militar houve uma reforma na educação, onde a sociedade compreendia a importância da educação pública e sua clara ligação com o Estado, porém, este Estado não era mais visto de maneira autoritária como anteriormente. A partir dos anos 1990, as políticas passam a ser orientadas pelos preceitos neoliberais, buscando atender a interesses, estratégias e métodos desse sistema, porém, na visão de agências como a ONU (Organização das Nações Unidas) o papel do Estado é totalmente o contrário, este deveria ser um facilitador das políticas sociais ao invés de ser um promotor destas políticas. Neste contexto neoliberal o Estado teve duas posturas que puderam ser adotadas: a de mínimo, onde este se comporta com o mínimo para as políticas sociais, e a de máximo buscando o Estado atender as necessidades das atividades do setor financeiro, sendo mais importantes as políticas voltadas para o capital do que as políticas sociais.

² Termo que se refere à globalização da economia capitalista em que o comércio, indústria e finanças se desenvolvem em várias regiões do mundo de algum modo coligado, coordenado e independente.

Desta maneira a Teoria do Capital Humano esteve presente nas diretrizes educacionais, negando o padrão do conhecimento, havendo uma política educacional de modo tecnocrático, buscando somente o desenvolvimento econômico. Silva e Puziol (2011, p. 5) apresentam a visão de Cattani sobre a Teoria do Capital Humano que diz:

A Teoria do Capital Humano apresenta-se sob duas perspectivas articuladas. Na primeira, a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento de produtividade. (...) Na segunda perspectiva, a Teoria do Capital Humano destaca as estratégias individuais com relação aos meios e fins. Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu “capital pessoal”, avaliando se o investimento e o esforço empregado na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado. [...] é uma derivação da teoria econômica neoclássica e, ao mesmo tempo, uma atualização do axioma liberal do indivíduo livre, soberano e racional. (CATTANI, 2002, p. 51 apud Silva e Puziol, 2011:pág 5).

Com base na afirmação acima se pode constatar que a teoria não está preocupada somente com a formação de força de trabalho, mas sim esse investimento na educação traga retorno financeiro para o país ajudando no seu desenvolvimento. Contudo, a Teoria do Capital Humano encontra-se em um contexto capitalista em que o homem é considerado capaz de escolher os melhores caminhos para seu sucesso econômico e também livre das pressões externas do capitalismo, sendo assim a Teoria do Capital Humano representa por Schultz:

[...] entende-se que a educação é uma das fontes principais do crescimento econômico depois de ajustar-se as diferenças nas capacidades inatas e características associadas que afetam os rendimentos, independentemente da educação. (SCHULTZ, 1973, p.58)³

³ SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

Silva e Puziol (2011) observam que o aumento da produtividade não está relacionado apenas em função do aumento da qualificação profissional, o que é contrário à teoria Schultz, sendo que a automatização do processo produtivo, ou seja, as novas tecnologias são responsáveis pelo aumento da renda das pessoas no sistema capitalista, sendo assim, são ignoradas as relações sociais, analisando o homem como um ser individual, não considerando sua relação com os fatores sociais, históricos, políticos e econômicos. As críticas vão além de pressupostos ou da não explicação, mas da desconsideração da história e das relações sociais, aspectos não encontrados na teoria neoclássica.

Através de trechos da Constituição de 1988 e de informações da UNESCO⁴ Silva e Puziol (2011, p. 8) apresentam provas de que a educação tem servido como instrumento para o desenvolvimento das ideias neoliberais, onde na verdade a educação deveria buscar desenvolver a cidadania e a qualificação pessoal. Dentro deste contexto, é possível relacionar a Teoria do Capital Humano com a Teoria do Capital Social, a qual busca esta relação entre a esfera estatal e privada, em que os cidadãos são chamados para envolver-se em políticas sociais, o que inclui a educação, ajudando na formulação, gestão e implementação das mesmas. Sendo assim, com a Teoria do Capital Social é possível perceber que as políticas para a educação estão cada vez mais envolvendo os cidadãos, descomprometendo a ação do Estado.

Com isso, Silva e Puziol (2011) concluem que, as políticas educacionais estão voltadas estritamente para o desenvolvimento da educação de maneira quantitativa. Para que haja outra visão das políticas educacionais é preciso que ocorram mudanças na base econômica, abandonando as teorias de capital humano e social. Sendo desenvolvidas novas bases teóricas que assegurem a legitimidade dos objetivos e meios para o qual as políticas educacionais possam ser definidas.

Almeida e Pereira (20—) apresentam duas críticas distintas sobre a teoria do capital humano, a primeira está relacionada a críticas pontuais, conceitos e procedimentos da teoria, já a segunda é a visão marxista que é totalmente contrária a teoria do capital humano.

⁴ **Readings in the economics of education.** UNESCO, 1971.

A primeira crítica para Almeida e Pereira (20—) está relacionada com os conceitos da teoria do capital humano, baseado nos trabalhos de Schaffer (1961) e Wiseman (1965). Dado que a teoria tem como ponto central o capital humano, que é algo produzido a partir de decisões de investimento em educação, é possível relacionar na economia que o grau de educação de um indivíduo está positivamente correlacionado com sua renda. Sendo assim, é possível relacionar aumentos significativos da renda nacional como sendo consequência do crescimento de capital humano pela via da educação. Portanto, é criticado por Almeida e Pereira (20—) o porquê da teoria do capital humano defender a educação como um investimento, considerando que os custos com educação são despesas de consumo como qualquer outra, pois grande parte da população frequenta escola pública e também porque a educação é obrigatória até uma determinada idade.

Almeida e Pereira (20—) verificaram que para Shaffer (1961) o conceito de educação está inserido na sociedade como uma forma de consumo habitual e não como sendo um investimento na educação, no futuro ou em novas habilidades. O autor mostra também como é difícil mostrar o aumento na renda associado à educação, pois este aumento de renda é influenciado por outros fatores como sexo, idade, raça, etc. Shaffer (1961) acredita que se os formadores de políticas econômicas soubessem a taxa de retorno do investimento da educação não formariam políticas para melhorar a educação, mas sim priorizariam a economia, deixando de lado aspectos culturais relacionados à educação, com isso, os críticos desta teoria acreditam que a sociedade iria deixar de investir em educação para aqueles grupos que trariam menos retorno econômico, como mulheres, negros, etc. Sendo que o correto seria justamente ao contrário, o investimento educacional deveria ser nesses grupos sociais. Para os defensores da teoria do capital humano esta crítica não tem embasamento, pois as rendas futuras que serão obtidas através da educação não podem ser a base para a tomada de decisões sobre a alocação dos recursos públicos, e também porque é absolutamente normal os indivíduos considerarem nas suas decisões investir em educação, considerando sua influência na renda futura e sua contribuição cultural. Contudo acredito que as pessoas não tem essa noção de educação como forma de investimento, não é algo que seja planejado pelas famílias a educação de seus filhos com o objetivo de maiores rendas no futuro.

Almeida e Pereira (20—) apontaram que para Wiseman (1965)⁵ as decisões de investimentos não podem ser tomadas como um balanço contábil, os indivíduos criam valores, para o autor não há relação entre as habilidades desenvolvidas pelos indivíduos com seu aumento de renda futuro, não estando atrelada a educação o poder de mudar as preferências, atitudes e expectativas das pessoas.

Na segunda crítica utiliza-se o referencial marxista para analisar a estrutura da teoria do capital humano, para Almeida e Pereira (20—) as críticas iniciais a teoria estão relacionada à sua visão neoliberalista, pois focou somente na diferenciação do trabalho, não analisando o trabalho homogêneo, baseando a teoria somente em análises econômicas e estruturas sociais básicas. Para os marxistas na teoria do capital humano tem-se como certo a exclusão da classe social como conceito econômico, pois o trabalho está inserido no conceito de capital, descaracterizando o trabalhador.

Para Almeida e Pereira (20—), os marxistas defendem que a educação é importante, mas não pode ser reduzido a uma atividade econômica que seja importante para a seleção e qualificação de mão de obra. Para estes as habilidades estão ligadas a condição de existência do indivíduo, em que na teoria do capital humano limita a análise a preferências individuais, não levando em conta que o indivíduo está inserido em uma sociedade e sofre suas influências, e também não considerando o conflito de classes para analisar o mercado de trabalho. Na teoria do capital humano a análise está restrita a habilidades técnicas e capacidades produtivas, não tendo grande influência a raça, o sexo, a idade, a condição social, o que para os marxistas são fatores determinantes em um processo de seleção para os capitalistas, sendo usado como estratégia para diluir a força de trabalho e inibir a formação de possível coalizão entre os trabalhadores. Para a teoria de capital humano a decisão profissional de um indivíduo é tomada a partir da análise dos retornos, que serão obtidos e do acesso à educação, sendo assim, a decisão das pessoas em investirem em educação é individual, podendo ter influência dos recursos oferecidos e das tecnologias de produção, podendo ser limitada por fatores

⁵ WISEMAN, Jack. **Cost-Benefit Analysis in Education.** *The Southern Economic Journal*, 32, Parte 2, julho de 1965

como o acesso ao ensino e recursos financeiros. É reconhecido pelos marxistas que o aumento da escolarização das pessoas ajuda a melhorar sua produtividade, porém, não é pelo fato do trabalhador possuir maior habilidade, mas sim por contribuir para a formação de indivíduos que se submetem a normas e condutas, facilitando a supervisões autoritárias, a escola ajuda ao capitalista a ter maiores opções de escolha de seus empregados. Ademais, um indivíduo com maiores salários acaba gerando uma divisão entre os trabalhadores, evitando a união destes para combater o poder capitalista. A educação, dependendo da forma como é conduzida, pode contribuir positiva ou negativamente para o crescimento econômico, pois um aumento da escolarização da população pode conduzir a uma consciência de sociedade e fortalecer os trabalhadores, resultando em um balanço negativo para os empregadores.

Almeida e Pereira (20—) concluem apontando o ponto de vista marxista sobre a educação, os quais acreditam que a educação contribui para o crescimento social do indivíduo, porém, mostram que é preciso avaliar o sistema econômico como um todo, considerando a possibilidade de acesso aos tipos de empregos, as características das pessoas, das empresas, mostrando que a teoria marxista abrange todas as questões ligadas à sociedade em que o indivíduo está inserido.

Carvalho e Drumond (20—) explicam a relação entre a educação e a crise do trabalho na contemporaneidade, desenvolvendo o raciocínio no sentido de entender a participação do sistema educacional no processo de produção e sua relação com a mão de obra qualificada.

Segundo Carvalho e Drumond (20—) a teoria do capital humano tem por princípio que um aumento nos anos de estudo de um indivíduo pode compensar um aumento em sua renda sendo uma das teses defendidas para explicar a desigualdade de renda no Brasil, porém, baseado no trabalho de Segnini (2000) é mostrado que a teoria do capital humano não é efetiva, pois através dos subempregos e do desemprego de pessoas formadas mostra que a relação entre a educação e o trabalho não pode ser sustentada, também pode-se destacar que o oferecimento do mesmo sistema educacional não garante que haverá a mesma oportunidade de acesso a todos os indivíduos. Com isso, Segnini (2000) mostra que o fracasso da teoria não está relacionado somente com sua construção teórica, mas

também com o fato da educação não ser mais uma forma de equalização entre as pessoas, e também porque o mercado de trabalho começa a mostrar que está saturado evidenciado por crises econômicas. Para Romaneli (2000) a educação torna-se uma segunda opção em que o indivíduo busca maior nível de educação não só pelo fato de qualificação, mas sim pela oportunidade de estar inserido no mercado de trabalho. Com isso, Carvalho e Drumond (20—) concluem que por muito tempo a educação esteve relacionada com os conceitos neoliberais buscando desenvolver as pessoas apenas para atender as demandas do mercado de trabalho e que o fracasso da teoria do capital humano não está relacionado com a não contribuição da educação para o desenvolvimento no mercado de trabalho, mas sim, que a educação não é a condição necessária para o indivíduo estar empregado.

Ruckstadter (2005) busca entender como se deu a interferência da educação na economia na década de 1990, partindo do pressuposto de que há uma relação entre a educação e o trabalho, porém, que a escola não é a única instituição educadora e a educação não pode ser não institucionalizada. Para Ruckstadter (2005) a melhora do bem estar das pessoas está ligada ao conhecimento. O artigo baseia-se também nas explicações de Schultz para a teoria do capital humano, que defende a educação como uma forma de cultivar e desenvolver os indivíduos preparando-os para atuarem em diversas áreas.

Ruckstadter (2005) a partir do documento do Banco mundial⁶ busca relacionar o desenvolvimento econômico de um país com a teoria de Schultz e mostra que os investimentos educativos estão diretamente ligados as relações políticas e econômicas, com isso mostra-se que investir no capital humano é uma política neoliberal que contribui para o sistema capitalista. Com essa base neoclássica entende-se que não há mais barreiras econômicas entre os países, não sendo mais necessárias políticas protecionistas. Acredita-se que o Estado deva investir um mínimo na educação dos indivíduos que terão condições de estarem empregados ou com chances de conseguirem outro emprego caso sejam demitidos. Já para as empresas é um risco investir em um funcionário, que pode sair para trabalhar em outra empresa. Sendo assim Ruckstadter(2005) conclui que, a partir da lógica do capital humano as desigualdades entre as pessoas não são de responsabilidade de

⁶ Relatório sobre o desenvolvimento Mundial, 1995, p. 42-46.

cada um, mas fazem parte do modelo capitalista em que estão inseridas. Assim, a partir dos anos 1990 intensificou-se ainda mais a crença de que se os indivíduos que estudassem teriam melhores condições sociais e melhores cargos, tendo a escola como entidade socializadora por excelência, porém, o que ocorre é mobilidade social dentro da mesma classe. Ruckstadter (2005) acredita que o modelo social ideal seria o qual a escola não deve estar ligada ao desenvolvimento econômico e ao mercado de trabalho, sendo função da escola desenvolver a qualificação das pessoas, e não responsabilizando os indivíduos por sucesso e fracasso de um país.

Pochmann (2004, p. 284) comprova que as piores condições do mercado de trabalho têm contribuído para o desgaste de habilidades educacionais em atividades de baixa qualidade. Esse baixo desempenho do mercado de trabalho agravou ainda mais a segmentação social, ampliando ainda mais a disparidade entre os jovens, raças e gêneros impedindo que a educação pudesse interferir positivamente no processo de transformação das pessoas e na agregação de valor à produção no Brasil. A partir de estudos realizados entre os períodos de 1992 a 2002 é possível verificar que no Brasil o desemprego dos jovens mais pobres é maior que entre os jovens mais ricos, sendo que a relação renda e educação entre os jovens mais pobres é da mesma forma menor do que a dos jovens mais ricos. Esse quadro é uma consequência de uma economia estagnada que vem destruindo as oportunidades geradas pela educação, contribuindo para o aumento das desigualdades de renda para as pessoas com o mesmo nível de educação. Relacionando com a teoria do capital humano é possível comprovar que a elevação do nível de educação, dado uma economia estagnada, com baixos recursos em tecnologia e com uma precária condição do mercado de trabalho, não pode ser aceita rejeitando a teoria para esse quadro brasileiro. Com a elevação dos níveis de escolaridade e dos indicadores de desemprego, devido à escassez de postos de trabalho e do elevado excedente de mão de obra qualificada no país, foi possível observar no Brasil que houve avanços importantes na educação, contudo, questiona-se a qualidade da educação oferecida e os seus custos para os trabalhadores, principalmente para os de baixa renda que são os maiores penalizados por piores níveis educacionais e o desemprego. Pochmann (2004, p. 288) destaca que para o caso brasileiro em boa parte dos casos é possível verificar que a elevação da escolaridade garantiu uma maior renda, porém, não assegurou o

acesso ao emprego e algum tipo de proteção contra a deterioração dos níveis de renda em cada classe social. Para que haja mudança neste quadro a educação não deve ser vista apenas como produtividade, mas sim como cidadania para que assim o país aumente o seu crescimento econômico e a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que há uma redistribuição da renda e do tempo de trabalho. Assim, mudanças serão possíveis com alterações no sistema educacional e de formação profissional, dado que as pessoas podem demorar muito mais tempo para estarem prontas para o mercado de trabalho do que o tempo para a formação educacional. A partir de programas desenvolvidos pelo governo, Pochmann (2004, p. 289) mostra que é possível através da educação e do oferecimento das condições para que as pessoas se desenvolvam que ocorram reestruturações em todos os aspectos da vida do indivíduo, inserindo este em atividades produtivas, possibilitando a inserção no mercado de trabalho. Com isso, também ocorre a reorganização das empresas que iram ajustar-se para absorver esse contingente de mão de obra qualificada ofertado. Portanto Pochmann (2004, p. 396) conclui que, para o Brasil a população precisa abandonar o conceito de que o trabalho é condição de sobrevivência. Só assim é possível haver mudança no sistema escolar do qual afete o mercado de trabalho, desenvolvendo políticas que visam à inclusão social como um instrumento para o crescimento da economia.

Guimarães (20—) mostra que vários fatores afetam o mercado de trabalho, por exemplo, raça, sexo e idade dos trabalhadores. Há fatores internos que estão relacionados com os salários, a estabilidade e a educação. E ainda fatores externos que são a questão da escolarização dos indivíduos que não estão inseridos no mercado de trabalho, a rotação constante da mão de obra e os baixos salários entre outros. Embasado na teoria de Schultz (1960), Guimarães (20—) aponta que a quantidade de investimento em cada indivíduo é importante para a explicação das conquistas profissionais, não considerando suas habilidades naturais, sendo a educação uma variável determinante na colocação do indivíduo no mercado de trabalho. A teoria de Schultz (1960) é criticada pelo fato de não considerar em sua análise questões socioeconômicas que influenciam no desenvolvimento e no nível de emprego das pessoas, porém, as características das pessoas e suas atitudes, irão determinar o segmento social no qual está pessoa está inserida, interferindo também nas suas relações sociais de produção. Neste sentido, a educação permite

que o trabalhador possa candidatar-se a um tipo de trabalho não dependendo somente de suas habilidades. Também questiona se a relação da educação com a produtividade no trabalho é direta ou indireta, e conclui que não há uma forte relação entre a produtividade e a educação da pessoa, sendo que a educação só seria relevante como critério de seleção dos trabalhadores, e a maior quantidade nos anos de ensino estaria ligada à expansão do ensino e não como condição para o desenvolvimento de atividades nas empresas. Com isso Guimarães (20—) destaca a importância das teorias estruturais, pois estas contribuem para os modelos de capital humano, no sentido que a escolaridade é importante para o indivíduo estar inserido no mercado de trabalho, porém, não consegue explicar sozinho os efeitos da inserção dos indivíduos no mercado.

Guimarães (20—) conclui que tanto a teoria do capital humano quanto a teoria estruturalista são coerentes em seus argumentos, podendo ser abordadas como estudos complementares na determinação da alocação do indivíduo no mercado de trabalho. Para o caso do Brasil aponta que a escolaridade apresenta níveis muito baixos e que é necessária uma política que busque a qualificação das pessoas através de programas oferecidos e também a geração de novos empregos para que com uma operação conjunta seja possível reduzir a segmentação da economia.

Silva (2009) escreve sobre a relação da educação com a teoria do capital humano no capitalismo, e buscou entender qual é o papel da educação no capitalismo, como pode ser usada a serviço das classes dominantes. Tendo por base que no capitalismo a educação é um instrumento para a continuidade do poder do capital, é usada de diversas formas para que para que a classe dominante continue no poder.

Silva (2009) defende a ideia de que investimentos em capital humano é um fator importante para o desenvolvimento econômico podendo aumentar a produtividade dos trabalhadores trazendo ganhos econômicos e sociais. Em seu trabalho Silva (2009) mostra que para Frigotto (1993)⁷ a educação é usada como uma forma de atender determinados interesses, principalmente as demandas do

⁷ FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

capital, sendo usada como formação do trabalhador para o mercado de trabalho. Contudo, a teoria do capital humano visa o investimento em educação para que haja uma mudança social nas pessoas, sendo a educação um meio de criar e aumentar o capital humano, com isso ajuda na distribuição e no desenvolvimento da renda e das questões sociais. A teoria não tem uma explicação contundente para a questão de classes sociais, acreditando que as pessoas são as únicas responsáveis por sua colocação no mercado de trabalho. A ideia central da teoria é que através da educação é possível a ascensão social, melhoria de vida, podendo modificar toda a sociedade.

Segundo Silva (2009) a educação, no conceito neoliberal, pode ser usada para adequar as pessoas de maneira a atender as demandas do mercado de trabalho, então o sistema educacional irá formar os indivíduos não para a qualificação no trabalho, mas para que estes se enquadrem nas características que o sistema exige. Com isso Frigotto defende que:

A Teoria do Capital Humano oculta a desigualdade e mostra-se útil para mascarar a realidade e manter a consciência alienada, pois esta teoria tenta explicar e depositar na educação o fator essencial para a produtividade. No campo da educação, a Teoria do Capital Humano não mostra seus verdadeiros objetivos, pois se coloca como um fator predominante para o desenvolvimento econômico. Sendo assim, “uma das funções efetivas da Teoria do Capital Humano reside não enquanto revela, mas enquanto esconde a verdadeira natureza dos fenômenos” (FRIGOTTO, 1993, p. 53).

Com isso, Silva (2009) defende que a teoria do capital humano mostra que somente com investimento em educação é possível haver uma melhora social das pessoas e também o crescimento do país, porém, isso coloca toda a responsabilidade de resolver os conflitos existentes na sociedade através da educação, sendo deixados de lado outros fatores que interferem na desigualdade social.

Portanto, Silva (2009) conclui que a teoria do capital humano com o passar do tempo vem incorporando novas ideias e novos conceitos que continuam

contribuindo para o desenvolvimento econômico, sendo a educação um instrumento para a formação de trabalhadores adequados para o sistema capitalista e também ajudando a mascarar os verdadeiros motivos das desigualdades sociais. Havendo a necessidade de transformar os conceitos impostos à educação com o objetivo de mudar a contribuição da educação para a sociedade, de modo que seja uma ferramenta que leve as pessoas a pensarem e a mudarem as atuais diretrizes capitalistas.

Após a apresentação das considerações dos autores selecionados que são pró e contra a teoria do capital humano, serão apresentados dois estudos empíricos, que configuram aplicações da teoria em um país e outro de uma região do Brasil.

Miltons e Michelo (2007) analisam as políticas educacionais adotadas pelos coreanos e concluem que, a variável capital humano está relacionada com o crescimento econômico e que investir em educação é uma decisão acertada que possibilita o indivíduo aprender novas habilidades e o empregador absorver este trabalhador. Sendo que o crescimento econômico está ligado com o aumento da produtividade do trabalhador e a inovação tecnológica que será alcançada através da educação. É possível verificar a Coréia do Sul como um país que oferece intensivamente produtos de conhecimento devido à absorção de tecnologias, ao desenvolvimento de seu know-how, sendo que para manter a sua economia, a Coréia do Sul precisará sempre direcionar seus investimentos para a educação.

Marquetti, Berni e Hickmann (2000) desenvolvem seu trabalho mostrando como a teoria do capital humano aplicada relacionando o crescimento que ocorreu no Rio Grande do Sul com a educação. Os autores tomam por base as teorias de Romer (1986)⁸ e Lucas (1988)⁹ que desenvolveram os modelos endógenos de crescimento em que o crescimento da renda per capita está relacionado com a eliminação dos retornos marginais decrescentes ao capital e nos quais Lucas buscou destacar que através do capital humano as principais formas de acumular capital são através da educação e do “aprender fazendo” ou learning by doing. Já

⁸ ROMER, Paul M. **Increasing Returns and Long Run Growth** 1986, p. 1002 – 1037.

⁹ LUCAS, Robert. **On the mechanics of economic development**. Journal of Monetary Economics, North Holland, v. 22, p. 3 – 42, jul. 1988.

Romer buscou destacar que a tecnologia e as pesquisas influenciam no crescimento econômico, mostrando em seu trabalho que a educação tem um papel importante no sentido em que qualifica os indivíduos a trabalharem em pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos.

Marquetti, Berni e Hickmann (2000) procuram mostrar com este artigo que com o crescimento do capital humano, como a educação, e do capital físico que é medido pelo consumo de eletricidade do setor industrial, houve crescimento nas microrregiões do Rio Grande do Sul na década de 90, com os testes feitos foi possível observar que no Estado as regiões mais pobres tendem a crescer mais rápido que em regiões mais ricas, considerando uma mesma taxa de acumulação de capital físico e de educação. É mostrado com isso que o ensino básico é suficiente para inserir conhecimentos em um trabalhador e o torná-lo produtivo, e que a qualidade da educação é muito relevante quando comparada com a quantidade de educação, sendo está considerada um elemento fundamental para o desenvolvimento do capital humano. Com base nos resultados obtidos Marquetti, Berni e Hickmann (2000) concluem que o estoque de capital humano do ensino fundamental tem um efeito positivo sobre a economia.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Após a exposição dos argumentos dos autores selecionados, podemos verificar que há muitos fatores que são favoráveis à teoria do capital humano, bem como outros que são contra.

A partir do que foi exposto pelos autores que acreditam que a teoria do capital humano influencia na renda das pessoas, verificamos que a educação tem essa capacidade de mudar o quadro social do indivíduo levando as pessoas a progredirem, desenvolvendo e aperfeiçoando novas habilidades. E também influencia em diversas áreas da sociedade como no PIB, na taxa de fecundidade, na taxa de criminalidade, nas relações interpessoais, em questões éticas, civis e

raciais, ajudando no desenvolvimento do país. É possível verificar que com o passar dos anos a educação no Brasil tem melhorado, evidenciando o fato de que a educação influencia na renda, ou seja, em geral as pessoas que tem mais anos de estudo no Brasil possuem maiores salários, contudo, deve atentar-se ao fato da qualidade da educação ainda deixar muito a desejar. Sendo a desigualdade da qualidade de educação um fato que pode influenciar na desigualdade de renda.

A tecnologia é um dos principais fatores que são influenciados pela teoria do capital humano. É abordado por diversos autores que com a maior escolaridade das pessoas há uma grande facilidade de adaptação a novas tecnologias. Tornando a educação um instrumento que potencializa o desenvolvimento da tecnologia na sociedade.

Pode-se verificar com estes artigos que o capital humano, desenvolvido pela educação, é influenciado por outros fatores que podem interferir no nível de renda das pessoas. Um dos fatores que tem influência é a educação dos pais, pois em geral, os pais desejam que seus filhos estudem pelo menos o quanto eles estudaram. Outro fator é a composição das famílias, onde em geral, famílias chefiadas por mulheres podem ter um impacto negativo na educação dos filhos, pois devido às condições financeira deixam a escola, para terem um emprego, e assim auxiliar na renda da família. Também a desigualdade de raças, sexos e qualidade de ensino são fatores que podem interferir no nível de educação das pessoas.

Por outro lado, os autores que não concordam com a teoria do capital humano defendem que a educação tem sido usada como um instrumento para o desenvolvimento do capitalismo, visando aperfeiçoar as pessoas para que estas tragam retornos para a sociedade.

Um dos argumentos usado contra a teoria do capital humano é a que a educação é uma decisão de consumo como qualquer outra e não uma forma de investimento como é defendido pela teoria, pois a educação é consumo individual, do qual cada pessoa irá estudar o quanto ela deseja ou for imposto pelo Estado. Aceitar a educação como um investimento é utópico para a nossa sociedade, pois em geral, as pessoas não veem a educação como uma forma de obter retorno no futuro.

A teoria do capital humano tem uma visão individualista, não incorporando em seu pressuposto as influências recebidas pela sociedade, analisando apenas a capacidade produtiva e as habilidades técnicas. Sendo difícil mostrar que um aumento da renda foi resultado apenas de mais anos de estudos, não considerando fatores externos como o sexo da pessoa, sua raça, ou seu histórico familiar.

A teoria falha em considerar que a educação é uma forma de trazer igualdade entre as pessoas, o que na realidade não ocorre, pois sabemos que a qualidade de educação é diferenciada nas diversas classes sociais.

Outro ponto que é contestado com relação à teoria do capital humano é que se a teoria fosse realmente aplicável não existiriam pessoas formadas desempregadas, considerando a educação como uma condição necessária para as pessoas estarem empregadas, sendo que atualmente, muitas pessoas que não possuem escolaridade têm empregos muito bons e outras com um altíssimo grau de escolaridade não estão inseridos no mercado de trabalho, ou não estão atuando na sua área de formação.

Segundo diversos autores a educação serve como instrumento dos capitalistas para qualificar a mão de obra, não busca agregar conhecimentos para as pessoas, ou desenvolver a cidadania e sua qualificação profissional, mas sim, para que sua produtividade seja aumentada e estes indivíduos sejam dominados mais facilmente pelos empregadores.

Um dos pontos que acredito que são importantes para a determinação da renda e não são abordados pela teoria são as questões sociais, pois todas as pessoas são influenciadas pelo meio em que vivem, pela sua raça, pela sua família, e outros fatores que podem determinar como será seu nível social, e consequentemente sua renda. Outro fator que acredito que seja de vital importância para continuidade da educação de uma pessoa e que agregue a seu capital humano, é a influência que está pessoa recebe da sua família, pois em geral, pais que tiveram pouca educação, ou famílias que tem dificuldades financeiras terão em média menos anos de estudos que famílias que são estruturadas, que tem pais com muitos anos e estudo, ou um maior nível de renda. Comprovando de fato que a educação não depende somente de uma decisão individual, mas que normalmente, terá uma forte influência da sua composição familiar.

Com esta teoria podemos verificar que a educação é importante para o desenvolvimento profissional e pessoal dos indivíduos, mas infelizmente, tem sido usada como um instrumento dos governos para o desenvolvimento econômico, visando apenas à qualificação da mão de obra, não buscando desenvolver as pessoas para que elas possam crescer em conhecimento, desenvolver novas habilidades, mas simplesmente, para que elas estejam inseridas no mercado de trabalho e sejam produtivas para as empresas e para o país.

Com base nos artigos analisados acredito que a teoria do capital humano não seja determinante para afirmar que quanto mais anos de estudos maior será a renda das pessoas, pois para determinar o nível de renda é preciso considerar outros fatores além da educação como: a qualidade de ensino oferecido, a educação dos pais, questões sociais, as relações interpessoais, entre outros.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar até que ponto é válido à teoria do capital humano considerando a influência da educação na determinação da renda dos indivíduos, ou seja, se o aumento dos anos de estudo está relacionado com o aumento da renda, verificando desta forma a influência da teoria do capital humano na renda das pessoas, e quais os benefícios alcançados através desta.

Através da análise de artigos sobre o tema foi possível constatar que a teoria do capital humano é importante para analisar a relação entre a educação e a renda, contudo, a variável educação não é seu único determinante. É preciso inserir outros fatores que interferem nessa relação, como a qualidade de ensino, a educação que os pais receberam fatores sociais, entre outros. Devido à teoria do capital humano não considerar estes fatores não é possível concordar que essa teoria explica a renda através da educação.

Uma das dificuldades encontradas para realizar este trabalho foi que há em geral duas correntes econômicas são predominantes no estudo desse tema, os neoclássicos e os marxistas, sendo um o oposto do outro. Onde a crítica mais forte parte dos marxistas que acreditam que esta teoria é um instrumento do capitalista continuar com seu poder, qualificando a mão de obra para o capital. Criticando não só a teoria como forma da classe dominante explorar as pessoas, mas também seus pressupostos teóricos, de maneira que os marxistas acreditam que os fatores sociais também influenciam na renda. Já os neoclássicos veem a teoria como uma forma de atuarem nas políticas públicas, buscando melhorar a vida das pessoas através da educação.

Portanto, podemos concluir com este trabalho, que com a teoria do capital humano através da variável educação não é possível explicar o aumento da renda. Para que esta teoria possa explicar essas condições é necessário considerar em sua composição teórica outras variáveis, como questões étnicas, culturais, sociais, entre outras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. F. **O assalto à educação pelos economistas**. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a08v20n1.pdf>. Acesso em 30 de Abril de 2013.

ALMEIDA, E. P.; PEREIRA, R. S. **Criticas a teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas publicas em educação)**. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>. Acesso em 03 de Junho de 2013.

Almeida, A. C. **A Cabeça do Brasileiro**. 2007. Editora Record.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento Mundial**, 1995, p. 42-46, BANCO MUNDIAL.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. **Educação e Crescimento: O que evidência empírica e teórica mostra?** 2010. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n2p265_303.pdf. Acesso em: 15 de Junho de 2013.

BARBOSA FILHO, F. H.T; PESSÔA, S. A. **Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica**. 2009. Disponível em: <http://prezi.com/orx586zpgmow/educacao-crescimento-e-distribuicao-de-renda-a-experiencia-brasileira-em-perspectiva-historica/>. Acesso em: 15 de Junho de 2013.

BECKER, G. **Investment in human capital: A theoretical analysis**. *Journal of Political Economy* Part 2: **Investment in Human Beings**, 1962, 70(5):9–49.

B. F. HOSELIZ, das os. 140-152 do vol. II, Parte 2, do livro de H. Von Thünen, **Der isolierte Staat** (3ª Ed., Berlim: Wiegandt, Hempel e Parey, 1875).

CARD, D. **Using geographic variation in college proximity to estimate the return to schooling**. In **Aspects of Labour Market Behaviour: Essays in Honour of John Vanderkamp**. University of Toronto Press. 1995.

CARVALHO, A. A.; DRUMOND, A. M. **Educação e crise do trabalho na contemporaneidade**. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/periodicos/183-trabalho-e-educacao-em-pespectiva>. Acesso em: 20 de Maio de 2013.

CONNELLY, K. & ROOPE, U. **Estimating heterogeneous treatment effects in the Becker schooling model**. 1997. Unpublished Discussion Paper (Industrial Relations Section, Princeton University).

FISCHER, I. **The Nature of Capital and Income** Nova York: The Macmillan Company, 1906.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GLAESER, E. L., PONZETTO, G., & SHLEIFER, A. **Why does democracy need education?** 2006. *Journal of Economic Growth*, 12(2):77–99.

GRADSTEIN, M. & JUSTMAN, M. **Education, social cohesion and economic growth**. 2002. *The American Economic Review*, 92(4):1192–1204.

GROSSMAN, M. **Education and nonmarket outcomes?** 2006. In Hanushek, E. A. & Welch, F., editors, *Handbook of the Economics of Education*, pages 577–633. North-Holland.

GUIMARÃES, H. **Mercado de trabalho, escolaridade e renda no Brasil – 1988 a 1996**. Disponível em:
http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf.
 Acesso em: 02 de Junho de 2013.

HANUSHEK, E. A. & KIMKO, D. D. **Schooling, labor-force quality and the growth of nations?** 2000. *The American Economic Review*, 90(5):1184–1208.

KLAGSBRUNN, V. H. **Mundialização do Capital e Regime de Acumulação com Predominância Financeira – os conceitos e sua contribuição**. Seminário Temático 22: O Marxismo e as Ciências Sociais, Outubro de 2007.

LOCHNER, L.; MORETTI, E. **The effect of education on crime: Evidence from prison inmates, arrests and self-reports**. 2001. NBER Working Paper Series 8605.

LUCAS, R. **On the mechanics of economic development**. *Journal of Monetary Economics*, North Holland, v. 22, p. 3 – 42, jul. 1988.

MARSHALL, A. **Principles of Economics** (8.^a edição, Londres: The Macmillan Company, 1930), os. 787-788.

MARQUETTI, A.; BERNI, D. A.; HICKMANN, G. **Evidências empíricas sobre a relação entre educação e crescimento no Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_marquetti_berni_hickmann.pdf. Acesso em: 01 de Junho de 2013.

MILTONS, M. M.; MICHELON, E. **Educação e crescimento econômico na Coréia do Sul**. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-08-educacao_e_crescimento_e.pdf. Acesso em: 30 de Junho de 2013.

NAKABASHI, L.; FIGUEREDO, L. **Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos**. 2005. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20267.pdf>. Acesso em: 30 de Maio de 2013.

NELSON, R.; PHELPS, E. **Investment in humans, technological diffusion and economic growth**. 1966. American Economic Review: Papers and Proceedings, 61:69–75.

POCHMANN, M. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>. Acesso em: 15 de Julho de 2013.

ROMANELLI, G. **Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: O estudante-trabalhador**. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.) *Família & Escola: Trajetórias de Escolarização em Camadas Médias e Populares*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 99-123.

ROMER, P. M. **Increasing Returns and Long Run Growth** 1986, p. 1002 – 1037.

RUCKSTADTER, V. C. M. **Educação e economia nos anos 1990: a resignação da teoria do capital humano**. 2005. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu10.pdf>. Acesso em: 30 de Maio de 2013.

SCHULTZ, T. W. **Capital formation by education**. 1960. The Journal of Political Economy, 68(6):571 583.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

SEGNINI, L. R. P. **Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação**. Trabalho e Educação Revista do NETE, Belo Horizonte, nº 6, jan/jun 2000, p. 1.

SHAFFER, H. G. **Investment in Human Capital: Comment**. The American Economic Review, 51, Parte 2, dezembro de 1961, p. 1026-1035.

SILVA, J. A.; PUZIOL J. K. P. **A influência da teoria do capital humano e da teoria do capital social nas políticas educacionais brasileiras da atualidade**. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/textos/Bibliografia-2013-Inf-teoria-cap-humano-e-teoria-do-cap-social-nas-pol-educ-bras%20.pdf>. Acesso em: 20 de Maio de 2013.

SILVA, E. C. **Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo**. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria_do_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalismo.pdf. Acesso em: 02 de Junho de 2013.

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. **Tendências da desigualdade educacional no Brasil**. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582000000300001&script=sci_arttext. Acesso em: 04 de Junho de 2013.

SOUZA, M. R. P. **Análise da variável escolaridade como fator determinante do crescimento econômico**. 1999. Disponível em: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v2_n3/analise_da_variavel_escolaridade.pdf. Acesso em: 23 de Maio de 2013.

UNESCO, **Readings in the economics of education. A selection of articles, essays and texts from the works of economists, past and present, on the relationships between economics and education**. 1971. Paris, UNESCO.

WEISBROD, B. A. **The Valuation of Human Capital**, The Journal of Political Economy, 69 (outubro de 1961), os. 425-436.

WISEMAN, J. **Cost-Benefit Analysis in Education.** The Southern Economic Journal, 32, Parte 2, Julho de 1965.